

# Plano de Gestão de Logística Sustentável/2013 do CNPq (PLS-CNPq/2013)

1

## 1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Atualmente, temas como meio ambiente e sustentabilidade constam definitivamente como preocupação – e ocupação – de toda a sociedade, no Brasil e no mundo. Em todos os lugares (nas casas, nas escolas, nas ruas, nos locais de trabalho), um número crescente de pessoas procura conhecer mais sobre isso e se esforça por implementar novos comportamentos que respeitem e contribuam para a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida, própria e de outrem.

Contribui para essa popularização e para a ênfase agora dada ao tema sustentabilidade a divulgação massiva de dados e informações. Saber que uma tonelada de papel requer o corte de quarenta árvores ou que a reciclagem dessa mesma tonelada representa uma redução de 3,2m<sup>2</sup> de espaço nos aterros sanitários – ponto de preocupação crescente das comunidades e dos governos locais – provoca uma reação da sociedade no sentido de pressionar os poderes públicos (e até as empresas privadas) para que adotem com prioridade ações sustentáveis.

2 Nesse contexto, as organizações, sobretudo públicas, têm um papel fundamental e uma contribuição significativa a dar, por serem criadoras e operadoras de processos de produção e consumo que demandam muitos recursos e, em geral, causam grande impacto no meio ambiente. A própria Constituição Federal, em seu Art.37, preconiza a eficiência como um dos princípios da Administração Pública. Ao governo cabe, para além, o papel estratégico de induzir a sociedade a adotar novos referenciais de produção e consumo de bens materiais, a partir de modificações de seus próprios processos e procedimentos internos e tendo em vista a construção do desenvolvimento sustentável do país. É, então, sua tarefa inclusive dar o primeiro passo para a redução ou o uso racional dos recursos naturais, fomentando programas e projetos que evitem ou eliminem o desperdício e promovam a economia e o reaproveitamento de materiais.

O governo brasileiro, desde a última década do Século XX e particularmente nos treze anos iniciais deste Século, cuidou de adotar medidas legais e operacionais visando fazer com que os órgãos públicos, sob sua competência, passem a adotar, em seus processos e procedimentos internos, padrões e roteiros pautados na preservação e sustentabilidade. Destaque para o Decreto No.7.746, de 05/06/2012, e a IN No.10, de 12/11/2012, que o regulamenta, obrigando todos os órgãos da Administração Pública Federal a elaborar e implementar um **Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS**, com ações objetivas nesse sentido. Além disso, na prática, instituiu projetos e programas voltados para a sustentabilidade, entre eles o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica –

PROCEL, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e o Projeto Esplanada Sustentável – PES.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, não só por ser um órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI, como por entender que sua missão de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico está intimamente vinculado à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, preparou, então, seu **PLS-CNPq/2013**, cujo detalhamento consta do presente documento.

## 2. O QUE SIGNIFICA SUSTENTABILIDADE PARA O CNPq

Para o CNPq, o conceito de sustentabilidade é amplo, ultrapassando os limites da simples preservação da natureza ou mesmo abrangendo o tripé econômico/social/ambiental. Engloba, evidentemente, o uso racional e a busca constante por redução do consumo e reaproveitamento de recursos naturais, técnicos e tecnológicos, como água, energia elétrica, etc..., com foco principal em preservação, embora uma diminuição dos dispêndios financeiros seja também desejável. Mas, para além, sustentabilidade para o CNPq inclui igualmente a disponibilização de meios adequados de acessibilidade, a busca permanente por bem estar e conforto ambiental para quantos usem suas instalações físicas e a promoção e disseminação de uma cultura de qualidade na organização. Investir na satisfação dos colaboradores e da comunidade com que se relaciona diretamente é também uma atitude sustentável.

3 Assim, na visão do Conselho, sustentabilidade inclui, principalmente, um grande esforço no sentido de promover mudanças culturais e comportamentais no conjunto dos seus servidores e colaboradores, que resultem evidentemente em vantagens para a instituição, mas que sobretudo impactem positivamente todos os ambientes por eles freqüentados, em sua vida pessoal. O comportamento preservacionista de cada um, no uso das facilidades disponibilizadas no prédio, e mesmo o incentivo à amistosidade nas relações interpessoais no ambiente de trabalho – que merece ser objeto de campanha específica (simples “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, não custam nada e fazem a diferença) – também deve constar das ações comportamentais voltadas à sustentabilidade. O CNPq considera que o servidor público pode ser agente de mudança e construtor de um novo pensar ecológico e sustentável. O fator humano assume, assim, grande importância nas decisões e ações que norteiam e são detalhadas no presente Plano, envolvendo, com destaque, as áreas do CNPq especializadas em gestão de pessoas e qualidade de vida.

## 3. DESAFIOS

Por outro lado, cabe registrar que sustentabilidade, no CNPq, encerra também alguns **desafios** que outros órgãos públicos não enfrentam. O principal deles é definir novas ações de

melhoria da infraestrutura, em um prédio (Ed. Santos Dumont) novo e que já incorpora inúmeras facilidades em se tratando de eficiência e preservação ambiental. Além disso, a Administração do CNPq, desde que o Conselho passou a ocupar esse novo prédio, já implementou projetos e programas sustentáveis (em parceria com a empresa proprietária do imóvel), como coleta seletiva de lixo, destinação especial do lixo do serviço médico, instalação de banco de capacitores e de interruptores em todas as salas, solicitação de reavaliação da carga fornecida pela Companhia Energética de Brasília – CEB, ajustes no sistema de ar condicionado, etc... Algumas dessas ações ainda poderão constar do presente Plano, mas a nível apenas de acompanhamento de resultados, mas é claro que providências anteriores dificultam a definição e inclusão de novas. Nada impede, no entanto, que inúmeras outras ações, no âmbito de suprimentos, da gestão de materiais e de contratos, etc... possam ser adotadas.

4 Exatamente devido a esse contexto, merece também destaque que o tema sustentabilidade já esteja presente nas preocupações e ocupações da Direção e da maioria das áreas do Conselho, antes mesmo da elaboração deste PLS-CNPq/2013. São exemplos dessa atenção já dada ao tema a inclusão, pela Coordenação-Geral de Administração e Finanças – CGADM/DGTI, de objetivos e metas relativas ao assunto em seu Relatório Gerencial/2012, quando tratou das projeções e desdobramentos das atividades para o corrente ano; a existência de um Programa de Qualidade de Vida, implementado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGERH/DGTI; a contratação de um serviço especializado de pronto-atendimento de emergências médicas, para o caso de algum servidor, colaborador ou mesmo visitante vir a passar mal nas dependências do Conselho (sob gestão do Serviço Médico do órgão, vinculado à CGERH/DGTI); e a definição de metas de redução de custeio, dentro do Programa Esplanada Sustentável, do governo federal (cf. Ofício-Circular No.13/SOF/MP, de 06/12/2012).

#### **4. PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS-CNPq/2013**

##### **4.1. Premissas**

O PLS-CNPq/2013 , nos processos de sua elaboração e execução, obedece às seguintes premissas:

- a) O conceito de sustentabilidade no CNPq deve fazer parte da gestão estratégica e da tomada de decisões, assim como a comunicação, o diálogo e a geração de valor, em todos os níveis da organização.
- b) As decisões e ações administrativas no CNPq devem sempre se pautar pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão de processos, considerando que estes, por mais evoluídos e aperfeiçoados que sejam, sempre apresentarão margem para a implementação de melhorias na sua gestão.

- c) O PLS-CNPq/2013 deve destacar os três “erres” da preservação ambiental: **REDUZIR, REUTILIZAR e RECICLAR**.
- d) As ações definidas no PLS-CNPq/2013 devem seguir as diretrizes de sustentabilidade constantes no Art.4º. do Decreto No.7.746/2012.
- e) Na definição e no acompanhamento das ações do PLS-CNPq/2013, o Conselho estimulará e buscará a troca de experiências sobre boas práticas junto a outros órgãos e entidades públicas.
- f) As decisões e ações no sentido da gestão sustentável competem a todas as áreas do CNPq, seus gestores, servidores e colaboradores, por decisão voluntária (adesão) e estimulada por campanhas específicas (elucidativas e de conscientização), obedecendo ao que é definido no presente Plano.
- g) A obtenção da adesão voluntária dos servidores e colaboradores será facilitada se associada a mudança comportamental na própria vida privada de cada um.
- h) O CNPq deve usar o seu poder de compra para estimular a fabricação de produtos ambientalmente corretos (que utilizem material reciclado ou reciclável, demandem menor consumo de energia na sua produção e uso, etc...), inclusive fomentando, dessa forma, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
- i) Toda renovação ou relicitação de contrato representa uma oportunidade para aplicação dos princípios e regras de sustentabilidade e deve ser aproveitada como tal.
- j) Como o contexto da contratação (demanda – as necessidades que o originaram podem mudar com o tempo; tecnologia – pode haver nova tecnologia para o objeto do contrato; mercado – o contexto do mercado pode indicar que os preços praticados lá fora foram reduzidos), cabe também, nesses momentos, sempre questionar: o contrato está ainda adequado às necessidades do CNPq, ou deve ser reformulado? o contrato deve ser mesmo renovado, ou deve ser extinto ou substituído?
- k) O CNPq dará destinação específica aos eventuais ganhos financeiros resultantes das ações de sustentabilidade, a saber:
- ✓ Reutilização em outros projetos ou ações sustentáveis (investimentos ou compensação por sobrepreço nas compras de materiais reciclados ou recicláveis).
  - ✓ Financiamento dos programas internos de conscientização ambiental (campanhas).
  - ✓ Pagamento de eventos de integração dos servidores em datas especiais (Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore, etc...), inclusive na compra de brindes ou de materiais.

5

#### 4.2. Estrutura do PLS-CNPq/2013

As ações definidas no PLS-CNPq/2013 agrupam-se nos seguintes eixos e suas subdivisões:

## INFRAESTRUTURA

- ❖ Energia elétrica
  - Iluminação
  - Elevadores
  - Arcondicionado
    - Consumo
    - Conforto ambiental
- ❖ Água
- ❖ Acessibilidade
- ❖ Prevenção de acidentes

## GESTÃO DE CONTRATOS

### COMPORTAMENTAL

- ❖ Treinamento
- ❖ Conscientização/mudança cultural
- ❖ Engajamento

6

### SUPRIMENTOS

- ❖ Aquisições
- ❖ Gestão de material

## AÇÕES TRANSVERSAIS

### 4.3. Ações

As ações de gestão de logística sustentável definidas para os próximos doze meses são apresentadas na tabela abaixo. Em geral, são de nível macro, devendo, para as devidas implementações, ser desdobradas em subações ou atividades.

Na tabela, (1) significa **execução de ação inédita**, (2) **acompanhamento de ação já iniciada/implementada** e (3) **ação já realizada no exercício**.

<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Prazo</b>	<b>Área Resp.</b>
7	1.Instalação de um banco de capacitores	3	Jan/2013	SEMAN
	2.Realização de estudo visando a revisão da carga de energia entregue pela CEB	3	Jan/2013	SEMAN
	3.Redução nas contas de energia: realização de estudos visando a possibilidade de implantação de nova sistemática de uso dos elevadores (escalonamento)	2	Jul a set/2013	SEMAN
	4.Registro do histórico de consumo de água, incluindo <i>percapita</i> na planilha existente	2	Abr/2013	SEGES
	5.Implantação de sistemática de medição da Qualidade do Ambiente Interno (QAI)	1	Set/2013	SEMAN
	6.Implantação de avaliação sistemática e procedimentos relativos a conforto ambiental	1	Dez/2013	SEMAN
	7.Manutenção permanente e melhorias na acessibilidade do prédio	2	Dez/2013	SEMAN/CGETI
	8.Implantação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público – CISSP/CNPq e da Brigada de Incêndio	3	Mar/2013	CGERH
	9.Implantação da Brigada de Incêndio	2	Dez/2013	CGERH/COLOG
	10.Implantação de rotina de reciclagem de lâmpadas fluorescentes	3	Jul/2013	SEMAN
	11.Estudo sobre a conveniência de utilização de sensores de presença nos ambientes	1	Ago/2013	CGADM/SEMAN
	12.Melhorias no sistema de telefonia: transformação da linha 3211-4000 (ligações a cobrar internacional) para o 0800	1	Jul/2013	SEPAS/CGETI
	13.Melhorias no sistema de telefonia: medição de tráfego no link de acesso à Internet para verificação da real utilização da banda contratada	1	Agor a Dez/2013	SEPAS/CGETI
	14.Configuração das impressoras da rede do CNPq no modo “rascunho” como padrão	1	Jul/2013	CGETI
	15.Formalização/documentação dos procedimentos de avaliação do sistema hidráulico do prédio, com vistas a prevenir vazamentos e desperdícios	2	Ago/2013	SEMAN

<i>Eixo</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo</i>	<i>Prazo</i>	<i>Área Resp.</i>
	16. Formalização/documentação dos procedimentos de irrigação dos jardins do prédio visando eventual economia no uso da água	2	Jul/2013	SEINF/ SEMAN
	17. Estudo de viabilidade de implantação de mecanismo de detecção/contenção de ar junto ao fornecimento de água da concessionária (CAESB)	1	Dez/2013	SEMAN
	18. Estudo de viabilidade de instalação de secadores de mãos a ar quente, em lugar das toalhas de papel, nos banheiros do edifício	1	Dez/2013	SEMAN
	19. Melhoria na sistemática de vigilância noturna do prédio, associando as sirenes já instaladas à implantação de câmaras infravermelhas	3	Jun/2013	SEINF/ SEMAN
	20. Pré-diagnóstico do sistema de iluminação com base no RTQ-C do PROCEL	1	Jul a Nov/2013	SEMAN
8	21. Pré-diagnóstico do sistema de ar condicionado com base no RTQ-C do PROCEL	1	Out/2013 a Fev/2014	SEMAN
	22. Pré-diagnóstico da envoltória do prédio com base no RTQ-C do PROCEL	1	Jan a Mai/2014	SEMAN
	23. Criação de um banco de informações sobre as ações de sustentabilidade já executadas no CNPq, inclusive as decorrentes deste PLS-CNPq/2013	1	Dez/2013	CGETI
	24. Estudo visando melhorar as condições das salas dos Comitês e das equipes técnicas da CGINF, que não raro trabalham fora do horário comercial, com a colocação de vidros nas divisórias e a instalação de ventiladores	1	Set/2013	SEMAN
<b>II. GESTÃO DE CONTRATOS</b>	1. Renegociação dos contratos de telefonia fixa e móvel, buscando atualizar e aumentar as facilidades oferecidas e reduzir custos.	1	Dez/2013	SEGES
	2. Renegociação dos contratos de telefonia fixa, buscando atualizar e aumentar as facilidades oferecidas e reduzir custos.	1	(2014)	SEGES



<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Prazo</b>	<b>Área Resp.</b>
	3. Implantação do sistema de tarifação para os ramais fixos e da sistemática de ressarcimento de ligações particulares	3	Jul/2013	SEGES
	4. Implementação plena da nova norma de telefonia do CNPq	2	Dez/2013	SEGES
	5. Reavaliação do contrato de terceirização de transporte visando eventual inclusão de novas condições ambientais (tipos de veículos, combustível utilizado, consumo de combustível, racionalização do uso, etc...)	1	Set/2013	SEPAS
	6. Reavaliação dos contratos de copeiragem e de limpeza visando a adequação à real demanda do CNPq e à adoção, pelos fornecedores, de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e de materiais reciclados ou recicláveis	3	Abr/2013	SEGES/ SEINF
<b>III.COMPORTAMENTAL</b>	1. Capacitação: privilegiar os temas sustentabilidade e educação ambiental no planejamento e execução de treinamentos para servidores	1	Jul/2013	COCGC
9	2. Capacitação: específica sobre educação ambiental e segurança jurídica nas contratações públicas sustentáveis para as equipes do SELIC, SEINF e SEGES	1	Jul/2013	COCGC/ COLOG
	3. Capacitação: estender aos prestadores de serviço de manutenção técnica, copeiragem e limpeza os treinamentos específicos sobre educação ambiental e sustentabilidade	1	Dez/2013	COCGC/ SEINF
	4. Campanha interna de conscientização e orientação: "a sustentabilidade começa em casa", "o uso que você faz da energia e da água e o destino que dá ao lixo, indicam a qualidade de vida que você quer ter"	1	Jul/2013	COPQV
	5. Campanha interna de conscientização e orientação: uso racional dos elevadores	1	Jul/2013	COPQV/ SEMAN
	6. Campanha interna de conscientização e orientação: uso adequado dos banheiros (higiene, economia de água e de papel)	1	Jul/2013	COPQV
	7. Campanha interna de conscientização e orientação: consumo de café e açúcar	1	Set/2013	COPQV/ SEINF
<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Prazo</b>	<b>Área Resp.</b>

	8. Campanha interna de conscientização e orientação: desligamento de equipamentos e lâmpadas após o uso	1	Jul/2013	COPQV/ SEMAN
	9. Campanha interna de conscientização e orientação: racionalização no consumo de materiais de expediente	1	Jul/2013	COPQV/ SEINF
	10. Campanha interna de conscientização e orientação: racionalização no uso de copos descartáveis	1	Jul/2013	COPQV/ SEINF
	11. Campanha interna de conscientização e orientação: impressão indispensável (uso preferencial de e-mails) e em frente e verso, sempre que possível, e revisão dos documentos antes de imprimir	1	Jul/2013	COPQV/ CGETI/ SEINF
	12. Campanha interna de conscientização e orientação: difusão de comportamento dos servidores e colaboradores no sentido de criar, nos pesquisadores e bolsistas, a percepção genuína de segurança, qualidade, economia e respeito	1	Dez/2013	COPQV/ Diretorias Técnicas
	13. Campanha interna de conscientização e orientação: a amistosidade nas relações interpessoais no ambiente de trabalho também é sustentabilidade	1	Dez/2013	COPQV
10	14. Divulgação sistemática de experiências exitosas de sustentabilidade realizadas por outros órgãos	1	Dez/2013	CGADM
	15. Incentivo ao uso de bicicleta como instrumento de saúde e lazer: convite para palestra sobre o Projeto Bicicleta Livre, de alunos e servidores da UnB	1	Dez/2013	COPQV
	16. Incentivo ao uso de bicicleta como instrumento de saúde e lazer: apoio ao engajamento dos servidores e colaboradores do CNPq nos grupos de ciclistas (ou formação de grupos próprios) que se utilizam dos estacionamentos do Conselho como base, pela manhã e à noite	1	Dez/2013	COPQV
	17. Registro e divulgação sistemáticos dos resultados das campanhas, mediante o uso de pesquisas específicas	1	Dez/2013	COPQV

<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Prazo</b>	<b>Área Resp.</b>
-------------	-------------	-------------	--------------	-------------------

11

	18. Produção de informativos internos específicos relacionados a socioambientais e de sustentabilidade	3	Jun/2013	COPQV/ COCOM- PR
<b>IV.SUPRIMENTOS</b>	1. Compras sustentáveis: normatização dos procedimentos licitatórios, contemplando condições de sustentabilidade – uso preferencial de material reciclado ou reciclável, logística reversa, uso de madeira certificada, papel branqueado pelo processo alcalino, não uso de CFC, etc...	2	Ago/2103	SELIC
	2. Compras sustentáveis: opção preferencial por fornecedores locais, sempre que possível	3	Jul/2013	SELIC
	3. Compras sustentáveis: adoção de esquema de compras compartilhadas com outros órgãos, sempre que possível – especialmente MCTI e órgãos coligados	1	Dez/2013	SELIC
	4. Itens de estoque: avaliação geral dos materiais de consumo visando redução das quantidades estocadas e eventuais substituição por itens reciclados ou recicláveis nas futuras compras	2	Set/2013	SEINF/ SELIC
	5. Itens de estoque: identificar itens relacionados à sustentabilidade, para efeito de registro e controle específico de consumo	1	Set/2013	SEINF
	6. Suprimentos de TI: estudo dos procedimentos de utilização visando eventual redução de quantidades e de custos	2	Set/2013	CGETI/ SEINF/ SELIC
	7. Suprimentos de TI: implantação do pool de impressão	2	Jan/2014	CGETI/ CGADM
	8. Coleta seletiva: reavaliação dos procedimentos hoje utilizados	3	Jul/2013	SEINF
	9. Coleta seletiva: destinação preferencial de material para cooperativas de catadores	1	Ago/2013	SEINF
	10. Coleta seletiva: destinação preferencial de material para cooperativas de catadores	3	Jul/2013	SEINF
<b>V.AÇÕES TRANSVERSAIS</b>	1. Projeto Reprografia Verde: reaproveitamento do papel impresso em apenas um lado para confecção de bloquinhos de rascunhos	3	Jul/2013	SEPRO
<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Prazo</b>	<b>Área Resp.</b>

	2. Projeto Reprografia Verde: uso de papel reciclado ou branqueado (por processo alcalino)	1	Set/2013	SEPRO
	3. Projeto TI Verde: estudos no sentido da implementação gradual	1	Jul/2013	CGETI
	4. Inclusão da SUSTENTABILIDADE como um dos temas a ser disponibilizado na nova Intranet, com criação de repositório específico	1	Dez/2013	CGETI/ COCOM- PR/ CGADM
	5. Levantamento dos relatórios de pesquisas fomentadas pelo CNPq e que se relacionem com o tema sustentabilidade	1	Dez/2013	CGCTM/ CGCHS/ CGNAC
	6. Divulgação interna e externa ao CNPq das ações de sustentabilidade e seus resultados	1	Dez/2013	COCOM- PR

#### 4.4. Recursos financeiros envolvidos

Embora as ações sustentáveis resultem, em geral, em economia de recursos materiais e financeiros, não é impossível que algumas delas, para que se viabilizem, exijam investimentos específicos e mesmo aumentos dos custos. Por exemplo, algumas adequações na infraestrutura podem demandar obras e alguns materiais reciclados ou recicláveis podem se apresentar eventualmente mais caros no processo de aquisição.

12

No PLS-CNPq/2013, essa demanda por maior aporte financeiro deverá ser suprida, de início, pela economia que for obtida como resultado das próprias ações sustentáveis previstas - conforme citado no tópico (j), do item 4.1. Premissas, deste documento. No entanto, na insuficiência dos recursos assim obtidos, provisão ou remanejamentos orçamentários deverão ser providenciados pela CGADM, em diálogo com a Comissão Gestora do Plano. Nesse caso, há que se considerar as dificuldades naturais para 2013, que tem seu orçamento já definido, mas a Comissão deve suprir a CGADM de informações para a elaboração do orçamento do próximo ano, na perspectiva da elaboração do futuro PLS-CNPq/2014.

#### 4.5. Sistemática de acompanhamento

De acordo com o § 2º. do Art.6º. da IN 10/MPOG, de 12/11/2012, o acompanhamento da execução das ações, bem como a avaliação dos resultados com vistas às revisões que se fizerem necessária no PLS-CNPq/2013, são de responsabilidade da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, especialmente criada. A essa Comissão cabe ainda a elaboração e publicação dos relatórios semestrais previstos na IN 10.

A metodologia para isso deverá ser discutida e definida pela própria Comissão (como uma de suas primeiras tarefas), sendo, no entanto, importante que contemple:

- a) A divulgação do Plano para conhecimento de todos os servidores e colaboradores do CNPq;
- b) A organização das ações por área responsável e prazo, com a devida notificação a respeito da importância do Plano para o CNPq, para o governo federal e para o país;
- c) A montagem de um calendário de verificação do andamento das ações, com pontos de controle com frequência suficiente para a adoção tempestiva de ações corretivas, suporte às áreas executoras ou mesmo revisão/modificação/eliminação de ações previstas originalmente no Plano;
- d) A definição de meios e formatos (*check-lists*, quadros, formulários eletrônicos, etc...) para acompanhamento, pela Comissão, e prestação de contas, pelas áreas responsáveis, das ações executadas;
- e) O adequado registro dos custos envolvidos (economia ou despesa) na realização de cada ação;
- f) O acionamento de especialistas internos ou de outras áreas do CNPq, não previstas entre as responsáveis, em auxílio à execução das ações, sempre que a Comissão julgar necessário para a execução e o sucesso do PLS-CNPq/2013;
- g) A definição de um calendário específico de reuniões da própria Comissão que dê plenas condições para a execução de seus trabalhos.

13

## 5. INDICADORES

A boa prática administrativa preconiza que a melhor maneira de acompanhar e avaliar os resultados de ações nas organizações é por meio de um sistema de indicadores. No entanto, não raro, foge-se desse método, muito devido ao anseio de se montar um sistema perfeito, quando a organização não dispõe de nenhum, nem de cultura interna de medição de resultados. Quase sempre é muito melhor começar com um sistema, por assim dizer, modesto e ir aos poucos evoluindo para um mais completo.

Considerando essa realidade - e como se está agora introduzindo, de forma estruturada, cultura e prática de sustentabilidade no CNPq, a partir deste PLS-CNPq/2013 -, a melhor providência é definir um elenco mínimo de indicadores, que evoluirá, nos anos vindouros, para um sistema mais completo. O quadro abaixo apresenta esses indicadores iniciais.

<b>Nome do indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Apuração</b>
Consumo per capita de papel	Qtde. de folhas utilizadas/total de servidores e colaboradores	Mensal e anual

Consumo per capita de copos descartáveis – 200ml	Qtde. de copos de 200ml utilizados/total de servidores e colaboradores	Mensal e anual
Consumo per capita de copos descartáveis – 50ml	Qtde. de copos de 50ml utilizados/total de servidores e colaboradores	Mensal e anual
Consumo de energia elétrica - ponta	Qtde. de kWh consumidos/valor contratado	Mensal
Consumo de energia elétrica – fora da ponta	Qtde. de kWh consumidos/valor contratado	Mensal
Gasto total com energia elétrica	Valor da fatura em reais	Mensal e anual
Gasto per capita com energia elétrica	Valor da fatura em reais/total de servidores e colaboradores	Mensal e média anual
Consumo total de água	Volume (m3) de água utilizada	Mensal e anual
Consumo per capita de água	Volume (m3) de água utilizada/total de servidores e colaboradores	Mensal e média anual
Gasto total com água	Valor da fatura em reais	Mensal e anual
Gasto per capita com água	Valor da fatura em reais/total de servidores e colaboradores	Mensal e média anual
Destinação de papel para reciclagem	Qtde. (kg) de papel destinado à reciclagem	Mensal e anual
Participação de servidores e colaboradores nos programas de qualidade de vida no trabalho	Qtde. de servidores e colaboradores nos programas ou ações de QV/total de servidores e colaboradores	Anual
Gasto por ramal fixo	Valor total gasto com telefonia fixa/total de ramais ativos	Mensal e média anual
Gasto por linha móvel	Valor total gasto com telefonia móvel/total de linhas institucionais ativas	Mensal e média anual
Gasto com limpeza por área	Valor total gasto com limpeza/área interna do prédio	Anual

14

## 6. TERMOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE

**Certificação PROCEL Edifica** - O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL Edifica é uma metodologia de avaliação e de etiquetagem nacional de eficiência energética para edificações, que colabora com a melhoria das condições de conforto do projeto ou do prédio já construído. Criado pela Eletrobrás, A avaliação se pauta em três aspectos independentes: iluminação, ar condicionado e envoltória. Aplica-se a prédios comerciais, de serviços ou públicos (com base nos Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C), como também para residenciais (RTQ-R)

**Coleta seletiva** – Sistema de separação pós-consumo, coleta e destinação diferenciada de lixo industrial, comercial ou residencial, promovendo a reciclagem de diversos materiais e garantindo que sejam destinados aos aterros apenas os materiais inaproveitáveis. Quando

associado a cooperativas de catadores, proporcionam emprego, renda e boas condições de trabalho a numerosos trabalhadores.

**Compostagem** - Técnica de elaborar mistura fermentada de restos de seres vivos, muito rica em húmus e microorganismos, que serve para melhorar a fertilidade do solo.

**Consumo responsável e sustentável** – Prática de consumir levando em conta os impactos provocados pelo próprio consumo. O consumidor pode, por meio de suas próprias escolhas, buscar maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos dos seus atos de consumo, equilibrando sua satisfação pessoal com a sustentabilidade do planeta. É, em linguagem simples, comprar baseado no equilíbrio do que se quer com o que se realmente precisa.

**Contratações públicas sustentáveis** – Procedimentos de aquisição, por parte de órgãos públicos, de bens e serviços incorporando condições e exigibilidades relacionadas a materiais reciclados ou recicláveis e mesmo a processos de produção que promovam a economia de energia e preservem os recursos naturais. Sem se descuidar da devida segurança jurídica para a adoção desses procedimentos.

**Créditos de carbono** – Também conhecidos como Redução Certificada de Emissões (RCE), são certificados emitidos para uma pessoa ou empresa que reduziu a sua emissão de gases de efeito estufa. Por definição, uma tonelada de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) corresponde a um crédito de carbono, que pode ser negociado no mercado internacional. A redução da emissão de outros gases, igualmente geradores do efeito estufa, também pode ser convertida em créditos, usando o conceito de Carbono Equivalente.

**Degradação ambiental** - Termo usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se produzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais.

**Desenvolvimento sustentável** - É o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, direção dos investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Comissão Mundial de Desenvolvimento Sustentável). Em outras palavras, é o crescimento econômico e as atividades que não esgotam nem degradam os recursos ambientais, dos quais depende o crescimento econômico presente e futuro.

**Ecoeficiência** - Conjunto de ações que garantem o melhor uso dos recursos naturais, de processos de gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável.

**Eficiência energética** – É o uso racional de energia elétrica, pautado em infraestrutura, processos e procedimentos adequados, visando evitar desperdícios e garantir a preservação dos recursos, na geração, distribuição ou consumo.

**Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE)** – É obtida através de avaliação dos requisitos contidos no RTQ-C para o edifício usando o método descrito no Regulamento de Avaliação da Conformidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RAC-C). A etiquetagem do edifício é voluntária e aplicável a edifícios com área útil superior a 500 m<sup>2</sup> ou atendidos por alta tensão (grupo tarifário A). Pode ser fornecida uma etiqueta para o edifício completo ou para parte deste.

**Gestão ambiental** - Processo de administração das questões referentes ao meio ambiente dentro das organizações.

**Gestão integrada de resíduos sólidos pós-consumo** - É o compromisso estabelecido entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada para o descarte adequado de resíduos sólidos.

**Impacto ambiental** - Qualquer alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biodiversidade, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente ou a qualidade dos recursos ambientais.

**Meio ambiente** - Conjunto de condições, leis, influências e intenções de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas socioeconômicas.

16

**Passivo ambiental** - resultado econômico das empresas/instituições de ser sacrificado em função da preservação, recuperação e proteção ambiental.

**Produto ecoeficiente** - produtos que atendem além das normas legais, outros atributos ambientalmente saudáveis.

**Produto reciclado** – Material ou produto resultante de reaproveitamento de outro(s) já utilizado(s), mediante processo específico.

**Produto reciclável** – Material ou produto cuja constituição físico-química permite que seja reciclado após o uso.

**Responsabilidade compartilhada nos resíduos** - São ações, no âmbito de cada segmento envolvido na solução dos problemas ambientais, resultantes da gestão inadequada dos resíduos sólidos.

**Trabalho sustentável** – É qualquer trabalho que causa satisfação a quem o realiza, por ser feito com o prazer decorrente do uso adequado e pleno do conhecimento e da certeza que ele possui uma função social ou ambiental relevante.



## 7. REFERÊNCIAS

- a) Decreto No.7.746, de 05/06/2012.
- b) IN No.10/MPOG, de 12/11/2012.
- c) Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL).
- d) Projeto Esplanada Sustentável
- e) Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).
- f) Coleta Seletiva Solidária (MDS).